



Waldemir Barreto/Agência Senado



Presidente da Casa, Renan Calheiros coordena eleição em Plenário, ontem: decisão foi precedida de votação que considerou 11 vagas, de titulares e suplentes, para aplicação do critério da proporcionalidade

## Senado elege mais 9 membros da Mesa para biênio 2015-2016

Foram escolhidos dois vice-presidentes, quatro secretários e três suplentes em sessão marcada por embate político sobre a proporcionalidade

Em sessão tensa e com discussões ásperas, foram eleitos ontem, por 46 votos a 2 e 1 abstenção, nove integrantes da Mesa: Jorge Viana como primeiro-vice-presidente; Romero Jucá, segundo-vice-presidente; Vicentinho Alves, primeiro-secretário; Zeze Perrella, segundo-secretário; Gladson Cameli, terceiro-secretário; Ângela Portela, quarta-secretária; e os

suplentes Sérgio Petecão, João Alberto Souza e Douglas Cintra. A disputa política se deu em torno do critério de proporcionalidade. Sem consenso, apenas uma chapa foi inscrita. Em protesto, três partidos de oposição retiraram os candidatos e deixaram o Plenário. Divergências levaram a senadora Lúcia Vânia a anunciar a intenção de deixar o PSDB. **3 e 4**

Jane de Araújo/Agência Senado



A indicação de Vital ao TCU foi aprovada por 63 senadores e 313 deputados

### Ex-senador Vital do Rêgo é novo ministro do TCU

Questionado, após a posse, sobre a criação de uma nova CPI da Petrobras, Vital disse que qualquer nova

informação é bem-vinda. Mas lembrou que a decisão de instalar ou não a CPI cabe ao Congresso. **2**

**Correção da tabela do IR abaixo da inflação é criticada por Ana Amélia **2****

**Passageiro poderá ter reembolso maior ao decidir remarcar voo **5****

**ICMS cobrado sobre comércio eletrônico volta à pauta **6****

**Câmara deve votar proposta que reduz violência policial **7****

**Governo espera aprovação de textos da área econômica **8****

### Oposição articula nova CPI Mista da Petrobras

Partidos opositores do governo no Senado já começaram a colher assinaturas de senadores e deputados federais para a

instalação de uma nova comissão de parlamentar de inquérito que investigue corrupção na estatal. **5**



Cássio Cunha Lima (C) foi o primeiro senador a assinar o requerimento de criação de uma nova CPI mista no Congresso



**AGORA É LEI**  
Lei 13.002/2014

O teste da linguinha nos recém-nascidos agora é obrigatório nas maternidades de todo o país.

Com ele o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

Saiba mais em:  
[www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)



Senado Federal | Senado | Publicidade e Marketing

Moreira Mattz/Agência Senado

Ao assumir o cargo, ex-senador afirmou que Tribunal de Contas da União será o maior desafio da carreira. Presidente da CPI da Petrobras em 2014, Vital disse que novas informações sobre o caso são bem-vindas



Posse de Vital ontem reuniu o vice-presidente, Temer (2º à esq.), e os presidentes do STF, Lewandowski, e do Senado, Renan

## Vital do Rêgo toma posse como ministro do TCU

O EX-SENADOR VITAL do Rêgo assumiu o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) na manhã de ontem. Ele passa a ocupar a vaga deixada por José Jorge, que se aposentou compulsoriamente no fim de 2014, quando completou 70 anos.

Vital assumiu lembrando que teve uma “passagem intensa” pelo Senado, onde presidiu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e as CPIs do Cachoeira e da Petrobras. Também foi relator das propostas de reforma dos Códigos Penal e de Processo Civil. Apesar disso, segundo ele, o Tribunal de Contas da União será o maior desafio da carreira.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou da cerimônia, com o vice-presidente da República, Michel Temer, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, o ex-senador José Sarney, além

de dezenas de senadores, deputados e ministros do Executivo e do Judiciário.

### Petrobras

Após a posse, Vital foi perguntado sobre a possível instalação de uma nova CPI para apurar o escândalo de corrupção na Petrobras. Na opinião do ministro, qualquer fato que traga mais elementos aos autos da ação é sempre bem-vindo, seja do Congresso Nacional ou do Ministério Público.

— As CPIs cumpriram seu papel dentro do prazo estabelecido no Congresso. Os órgãos de investigação vão receber as informações produzidas pelas comissões e continuar o processo investigatório. Quem tem que avaliar se deve haver nova CPI ou não é o Congresso — afirmou.

Vital preferiu não comentar a saída de Graça Foster da presidência da estatal. Ela renunciou o cargo, com outros

cinco diretores, na manhã de ontem.

### Composição

Dos nove ministros do TCU, três são indicados pelo presidente da República, três pela Câmara dos Deputados e três pelo Senado. O tribunal é um órgão de controle externo, auxiliar do Congresso.

Vital chegou ao TCU depois que foi aprovado por 63 senadores e 313 deputados. Natural de Campina Grande (PB), é filho do ex-deputado federal Antônio Vital do Rêgo e da ex-deputada federal Nilda Gondim.

Formado em direito e em medicina, elegeu-se vereador em 1988, passando a deputado estadual (1994–2006) e deputado federal (2007–2011). Foi senador de 2011 até o fim de 2014, quando renunciou para assumir o cargo no TCU. A vaga no Senado passou a ser ocupada pelo suplente Raimundo Lira (PMDB-PB).

## Davi promete lutar por melhorias para o Amapá



No primeiro pronunciamento no Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) ressaltou o compromisso com a elevação do nível de vida e dos indicadores de emprego e renda do seu estado. Para o senador, a missão, apesar de difícil,

será gratificante.

— O Amapá terá de mim exclusividade para atender as principais demandas, visando amenizar os problemas econômicos e sociais mais urgentes.

Segundo o senador, o Amapá ainda é refém do isolamento, que impede o avanço econômico. Ele defendeu avanços em infraestrutura, abastecimento de água, saneamento básico e serviços de saúde.

No plano nacional, Davi Alcolumbre reivindica reformas política e tributária que reflitam o sentimento da população. Para ele, estados e municípios já não suportam o peso das demandas crescentes.

## Sandra cita Zona Franca de Manaus como prioridade



Recém-empossada no Senado, Sandra Braga (PMDB-AM) se comprometeu a dedicar o mandato à melhoria das condições de vida da população e ao desenvolvimento econômico do Amazonas. Ela disse que lutará pela continuidade

de dos incentivos da Zona Franca de Manaus.

— Esses incentivos não são um favor concedido pelo estado ao Amazonas, mas sim um instrumento sem o qual seria inviabilizada qualquer tentativa de promover a integração ao Brasil da vasta e rica região amazônica, onde vivem 15 milhões de brasileiros, muitos deles sem as condições mínimas de existência asseguradas pela cidadania — afirmou.

A senadora também defendeu a extensão da Zona Franca à Região Metropolitana de Manaus.

Ainda sobre os compromissos do mandato, Sandra Braga disse que apoiará a agenda pela eliminação da violência e do preconceito contra as mulheres.

## Ana Amélia cobra correção da tabela do Imposto de Renda pela inflação

A Receita Federal divulgou ontem as regras para a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) do ano-base 2014. Como a presidente Dilma Rousseff vetou em janeiro trecho de uma medida provisória que corrigia em 6,5% a tabela do imposto, a correção foi de 4,5%. A inflação do ano passado foi de 6,41%.

Ana Amélia (PP-RS) disse esperar que a sociedade, com o reforço das centrais sindicais, se mobilize para que a isenção do IR seja, pelo menos, equivalente à inflação do ano anterior. Em fevereiro do ano passado, ela apresentou uma proposta para que a tabela seja corrigida pelo INPC.

O PLS 2/2014 ainda aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— Quem vai sofrer é a classe trabalhadora. É uma pena que esse governo não tenha sensibilidade para isso. Eu penso que o Congresso teria agora que cuidar mais do interesse coletivo — argumentou.

O prazo para a entrega da declaração do IRPF vai de 2 de março a 30 de abril. Devem apresentar todos os residentes no Brasil que no ano passado receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 26.816,55 e os que receberam rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte cuja soma tenha sido superior a R\$ 40 mil no ano.

## Desde 2013, Procuradoria da Mulher e Senado do Futuro enriquecem debates

Dois órgãos do Senado criados recentemente — a Procuradoria Especial da Mulher e a Comissão Senado do Futuro — enriqueceram o debate sobre temas fundamentais para o Brasil.

A Procuradoria da Mulher foi instalada em 2013. Desde a criação, a procuradora é Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A missão do órgão é “zelar, fiscalizar, controlar e incentivar os direitos da mulher, criando mecanismos de empoderamento”.

Os debates na procuradoria deram origem a sugestões que foram incorporadas a diversos projetos de lei. Entre os mais importantes, está o que cria uma nova figura no Código Penal: o feminicídio. A proposta (PLS 292/2013) agrava a pena em casos de homicídio por razões de gênero.

A Comissão Senado do Futuro, que se tornou o 12º

colegiado permanente da Casa, foi instalada também em 2013. Propõe-se a “promover discussões sobre grandes temas e o futuro do país”. A ideia de criá-la foi de Cristovam Buarque (PDT-DF). Em 2014, foi presidida por Luiz Henrique (PMDB-SC).

Cristovam explica por que, em seu entender, a comissão é fundamental:

— Somos muito prisioneiros do presente. O político tem que se submeter a eleições a cada quatro anos. O político que começa a trabalhar propostas para daqui a 20 anos não ganha eleição.

Um dos trunfos da comissão, segundo Cristovam, é a possibilidade de trazer ao Senado especialistas estrangeiros. Em 2014, um dos convidados foi o sociólogo italiano Domenico De Masi, pensador dos rumos da sociedade contemporânea.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Projeto que limita peso das mochilas escolares (PLC 66/2012) e o que estabelece exigência de mestrado ou doutorado para ingresso no magistério do ensino superior (PLS 123/2013) estão na pauta da primeira sessão deliberativa do ano.

### PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão deliberativa.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Oposição reagiu à escolha afirmando que Constituição e regimento foram desrespeitados; para Renan Calheiros, votação ocorreu em razão da falta de consenso entre líderes

# Em sessão tensa, Senado elege Mesa Diretora

EM MEIO A ásperas discussões, o Plenário do Senado concluiu ontem a composição da Mesa Diretora para os próximos dois anos. Os senadores elegeram uma chapa única, contendo candidatos a nove dos dez cargos pendentes. A única exceção foi o cargo de terceiro suplente, que ainda será preenchido.

A Mesa terá 7 dos 15 partidos que compõem o Senado. Não contará com o PSDB, o PSB e o DEM — respectivamente, terceiro, quarto e quinto maiores partidos da Casa. Em protesto, seus senadores se retiraram da votação por não fazerem parte da chapa. A lista foi aprovada por 46 votos a 2, com 1 abstenção.

A chapa eleita foi apresentada por líderes de nove partidos e apoiada por representantes do PP (mas não pela liderança da sigla). O PSDB e o PSB não estavam contemplados na chapa. Os partidos entendem que, pelo critério da proporcionalidade, têm direito a vagas.

A lista chegou a incluir uma representante do DEM, Maria do Carmo Alves (SE), para a terceira suplência, mas o nome foi retirado pelo partido.

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, o Regimento Interno estabelece que a proporcionalidade deve ser aplicada “sempre que possível” e que, como não houve entendimento entre os líderes, a solução teria que ser a votação. Renan argumentou que não é função do presidente interferir nos nomes apresentados:

— Se dependesse de mim, eu inscreveria uma chapa de consenso absoluto entre os partidos, mas essa tarefa não é minha, é dos líderes. Se não houver acordo, não há outra solução senão colhermos os votos dos senadores.

O PT foi um dos partidos que apoiaram a chapa vencedora. O líder, Humberto Costa (PE), negou que a chapa tenha sido “troco” da disputa eleitoral pela Presidência, mas reconheceu que ela recompensa partidos que integram a base aliada do governo.

— A chapa única foi acordo produzido pelos partidos que deram suporte à candidatura do presidente Renan no último domingo. Os partidos que estão conosco, que estão na base de sustentação ao governo Dilma Rousseff, fizeram questão de poderem se representar na Mesa. Não poderíamos faltar com esse



Sessão é marcada por discussões: Aécio diz que Renan “apequena Senado” e presidente da Casa responde que tucano “não tem a dimensão da democracia”

compromisso de quem nos sustenta politicamente.

Humberto minimizou o fato de que a Mesa eleita não inclui partidos que consideram ter direito a ocupar cargos na Mesa pela regra da proporcionalidade:

— Essa chapa tem a maior parte dos partidos que estão representados aqui no Senado. Houve um entendimento de todos aqueles partidos que estão na base de sustentação do governo.

Humberto lembrou que, mesmo sendo a maior bancada da Câmara, o PT acabou sem cargo na Mesa:

— E nós não estamos a choramingar pelos plenários.

Romero Jucá (PMDB-RR), reeleito segunda-vice-presidente, criticou a oposição por não aceitar a disputa para os cargos da Mesa, visto que participaram do processo para o posto de presidente.

— A oposição lançou uma dissidência para a Presidência e perdeu. Depois, não quis que os líderes lançassem uma dissidência para o restante da chapa. Ou seja, regras diferentes. É claro que um entendimento seria melhor. Mas na democracia vale quem tem mais voto. O regimento permite a disputa.

## Reação

Líderes das legendas não contempladas protestaram com veemência. Acusaram Renan de não buscar consenso entre os líderes para a composição de uma chapa que respeitasse a proporcionalidade.

— Esse consenso não está sendo obtido porque o presidente não está liderando o processo, como fez no passado — reclamou José Agripino (DEM-RN).

Aécio Neves (PSDB-MG) acusou Renan de “romper relações” com os partidos excluídos como retaliação pelo apoio deles a Luiz Henrique (PMDB-SC) na disputa pela Presidência da Casa:

— É preciso que fique clara a manobra que está sendo feita por um grupo de líderes que estão subvertendo a vontade da população ao ferir a proporcionalidade.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), afirmou que a Mesa fomentou “a discórdia e o desrespeito à hegemonia partidária”.

O líder do PSB, João Capiberibe (AP), classificou a eleição de “grande farsa”.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse acreditar que seu partido “está sendo punido por provocar o debate no Senado”. O PSB impulsionou a disputa pela Presidência ao lançar a candidatura do próprio Valadares.

Os ânimos se acirraram no Plenário quando foi lida a composição da chapa — sem PSDB e PSB. Depois de afirmar que se tratava de uma manobra que feria o Regimento e a Constituição, Aécio disse que Renan “apequenava a Casa e desrespeitava a democracia”. Renan respondeu dizendo que o tucano é “estrito” e “não tem a dimensão da democracia”.

## Votação prévia definiu regra para divisão de cargos

Antes da eleição da chapa única para a Mesa, o Plenário manteve ontem, por 47 votos favoráveis, 26 contrários e 1 abstenção, o cálculo de proporcionalidade partidária para composição da Mesa do Senado que leve em consideração 11 cargos, e não apenas 7.

De acordo com o Regimento Interno, a Mesa é composta pelo presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários, além de quatro suplentes de secretário. A base governista optou por calcular a proporcionalidade levando em conta 11 membros, incluindo os suplentes. Já a oposição queria que o cálculo fosse feito para sete membros, alegando que os suplentes não são membros efetivos.

A votação em Plenário foi feita a pedido do líder do DEM, Ronaldo Caiado

(GO), depois que o presidente da Casa, Renan Calheiros, rejeitou questão de ordem para que se considerasse o cálculo para sete cargos.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), e seus colegas de partido Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Aécio Neves (MG), também se manifestaram contra a decisão de Renan. Romero Jucá (PMDB-RR), escolhido para relatar o tema em Plenário, apoiou Renan, bem como Humberto Costa (PE), líder do PT.

Os partidos que ficaram fora da Mesa prometeram intensificar a postura oposicionista.

— Estejam preparados, porque vocês vão experimentar o que vocês nunca viram nesta Casa: uma oposição com conteúdo, preparo e capacidade de fa-

zer o bom combate — afirmou Caiado.

Cássio prometeu embates duros em todos os temas que chegarem ao Senado e mobilização popular:

— A oposição será sempre a voz de defesa do povo brasileiro, que vive uma crise grave. Vamos para as ruas.

João Capiberibe (AP), líder do PSB, analisou que seu partido terá de rever a posição de independência:

— Agora sabemos que esse gesto de nos excluir da Mesa é político. Vamos rediscutir essa decisão da independência aqui.

Humberto Costa disse que não acredita em repercussões duradouras.

— Vamos tentar desanuviar este clima. Vamos conversar para que o Senado comece a trabalhar de fato.

## Mesa do Senado Federal

<b>Presidente</b> Renan Calheiros (PMDB-AL)	
<b>Primeiro-vice-presidente</b> Jorge Viana (PT-AC)	
<b>Segundo-vice-presidente</b> Romero Jucá (PMDB-RR)	
<b>Primeiro-secretário</b> Vicentinho Alves (PR-TO)	
<b>Segundo-secretário</b> Zeze Perrella (PDT-MG)	
<b>Terceiro-secretário</b> Gladson Cameli (PP-AC)	
<b>Quarta-secretária</b> Ângela Portela (PT-RR)	
<b>Suplente de secretário</b> Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Suplente de secretário</b> João Alberto Souza (PMDB-MA)	
<b>Suplente de secretário</b> Douglas Cintra (PTB-PE)	

Fotos: Waldemir Barreto/Agência Senado

Para a senadora, boato de que teria votado em Renan para a Presidência do Senado, contrariando orientação da legenda, partiu de dentro da própria sigla e a deixou exposta

## Lúcia Vânia diz que pretende deixar o PSDB

A SENADORA LÚCIA Vânia (GO) anunciou ontem que deverá sair do PSDB, em consequência de desentendimentos sobre a participação dela, como representante da legenda, na Mesa do Senado para o biênio 2015-2016. A parlamentar, que responde pela Ouvidoria do Senado, disse que vai analisar a questão jurídica que envolve a sua decisão, mas que não pretende ingressar de imediato em uma nova sigla.

— Estou analisando uma legenda em que eu possa fazer política de forma mais confortável — afirmou.

Em entrevista à imprensa, após manifestar seu desagrado com os fatos que envolveram sua candidatura para a Primeira-Secretaria do Senado, Lúcia Vânia explicou que tomou a decisão em razão de um boato de que teria votado em Renan Calheiros (PMDB-AL) para mais um mandato na Presidência da Casa.

Renan foi reeleito no domingo, com apoio da base do governo, concorrendo contra Luiz Henrique (PMDB-SC), que teve o apoio do PSDB.

A senadora afirmou não ter dúvida de que o boato partiu do próprio PSDB e reiterou que cumpriu a orientação da legenda, votando em Luiz Henrique.

Emocionada, Lúcia Vânia disse que não tem mais mo-



Segundo Lúcia Vânia, ela tem enfrentado dificuldades no PSDB, embora não pretenda ingressar de imediato em outra sigla

tivação para ficar no PSDB, não porque a legenda não tenha aceitado sua indicação à Primeira-Secretaria do Senado, proposta por Renan, mas porque ela se sentiu “massacrada” com o boato sobre seu voto.

— Quando o Renan impôs minha candidatura à Primeira-Secretaria, ele jogou a isca e o Aécio [PSDB-MG] mordeu o anzol. Na verdade, ele [Aécio] podia ter dito: “Olha, eu agradeço a indicação, reconheço o valor da senadora, mas nós vamos discutir isso internamente na bancada”.

Lúcia Vânia afirmou que o PSDB não tinha o direito de di-

zer que ela tenha feito acordo para assumir cargo na Mesa. A senadora ressaltou que apenas disputava internamente na bancada o direito de ir para a Primeira-Secretaria. Ela observou, porém, que a sua intenção extrapolou a situação interna quando Renan declarou que aceitava a sua participação na Mesa.

— Eles [do PSDB] não tinham o direito de fazer isso. Ao longo da minha vida partidária, participei do governo Fernando Henrique Cardoso, todos os programas sociais foram criados por mim. Eu criei a nova política de assistência social do nosso país, não é

justo que o nosso partido venha me colocar sob suspeição — afirmou.

Lúcia Vânia disse que já vinha enfrentando dificuldades no PSDB.

— Sou a única mulher na bancada, tenho tido muitas dificuldades. Não vim aqui para dizer amém. É uma coisa cruel. Eu me comportei da forma mais ética possível. Cheguei ao Renan e disse: “Não vou votar em você porque representamos aqui uma nova fase da oposição. São 51 milhões de votos que o Aécio recebeu, e eu não posso deixá-lo nessa situação” — afirmou.

A senadora frisou que iria

disputar democraticamente o voto do PSDB por um cargo na Primeira-Secretaria, com a possibilidade de ganhar a indicação internamente, mas que desistiu da disputa para não constranger o senador Aécio Neves, derrotado nas últimas eleições presidenciais.

— Estava tudo acertado, só que algumas pessoas do partido saíram e começaram a dizer que eu tinha sido retirada da disputa porque eu tinha votado no Renan — afirmou.

Lúcia Vânia afirmou que a sua eventual participação na Mesa não deveria ser motivo para embate e que essa seria apenas uma opção a mais para quem já participa de forma assídua dos trabalhos da Casa.

— Eu estou vindo da Ouvidoria, que dá muito trabalho. Eu não queria a Primeira-Secretaria. Eu queria uma posição na Mesa. Se não fosse uma posição na Mesa, uma outra função em que eu pudesse ter um desafio de trabalho. Eu sou uma pessoa de comissão. Eu sou assídua, eu estou aqui presente em tudo. Não faço nada através de subterfúgios. Minhas ações são sempre transparentes, como o meu discurso. Eu sou a única mulher no partido. Essa relação do poder é mais agressiva, é sempre mais complicada, e a mulher, mais delicada — avaliou.

## “Reduziram 30 anos a um nada” Aécio e Cássio reiteram confiança na senadora

Também em pronunciamento feito no Plenário, pouco antes de anunciar a intenção de deixar o partido, Lúcia Vânia criticou a forma como o PSDB conduziu a questão. Ela classificou as informações de que teria votado em Renan Calheiros como uma “situação vexatória”, destinada a desacreditar a candidatura da parlamentar à Primeira-Secretaria da Casa.

— Reduziram em minutos, sem nenhum pudor, 30 anos de dedicação exclusiva e irrepreensível à vida pública a um nada, como se um mero

episódio de escolha de cargos administrativos desta Casa tivesse importância suficiente e chegasse ao ponto de manchar toda uma trajetória política — declarou.

Lúcia Vânia, que por três vezes já tinha tentado participar da Mesa do Senado, explicou que sua candidatura a primeira-secretária se devia a uma busca de “novos desafios”. Ela se considerou desprestigiada pelo PSDB neste e em outros episódios, salientando que acompanhou a orientação do partido em todas as votações na Casa.

O senador Aécio Neves entende que Lúcia Vânia fez uma análise equivocada, pois a decisão do partido de indicar o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) para a Primeira-Secretaria da Mesa foi tomada por ampla maioria. Além disso, justificou Aécio, a senadora teria tido oportunidades no passado recente do PSDB e seria a vez de dar chance a Bauer.

Aécio afirmou que Lúcia Vânia aventou, anteriormente, a possibilidade de deixar a sigla. Para o senador, trata-se de um direito, mas ele disse esperar que ela considere a

história que construiu dentro do partido e repense a decisão.

— Eu acho que, com a cabeça um pouco mais fria, ela vai compreender que, se houve uma exposição dela, certamente isso não foi no PSDB — afirmou.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), também elogiou a senadora e salientou o apoio, a força e o prestígio que ela sempre recebeu dos correligionários. Cássio considerou compreensível a indignação da parlamentar com o que ele classificou como uma série de “ilações e dúvidas”.

Para o senador, Lúcia Vânia teria se deixado levar pela emoção e cometido uma injustiça com o PSDB.

— Se desconfiança houve, não foi da nossa bancada, que confia, repito, na postura da senadora. Essa desconfiança pode ter nascido de outros setores que compõem o movimento político da Casa.

Cássio atribuiu à imprensa as especulações que contrariaram Lúcia Vânia. Ele lamentou que os senadores tenham ficado três dias discutindo a composição da Mesa, enquanto o país vive uma grave crise.

## Alvaro quer cada estado com 2 senadores, em vez dos 3 atuais

Alvaro Dias (PSDB-PR) reapresentou a proposta de emenda à Constituição que reduz de três para dois o número de senadores que representam os estados.

O senador argumenta que a medida contribuirá para reduzir o aparato estatal e os gastos públicos, sem afetar a representação igualitária dos estados no Senado.

Em defesa da PEC 67/2007,

Alvaro afirma que a redução de um terço da composição da Casa, além de diminuir as despesas do Congresso, resultará em maior agilidade do trabalho legislativo. A proposta prevê regra transitória para garantir que nenhum senador em exercício tenha o mandato reduzido.

Como a PEC tramitava desde 2007 e não foi votada, foi arquivada no final do ano

passado. A proposta volta para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), antes de seguir para o Plenário.

O senador também decidiu reapresentar outras 20 proposições arquivadas. Entre elas, estão três projetos de lei que tratam de isenção de impostos: o PLS 120/2006, que exclui a atividade circense da incidência do ISS; o PLS 4/2007, que isenta

de IPI máquinas e insumos utilizados na produção de leite; e o PLS 240/2008, que prevê a isenção de diversos tributos para veículos de transporte coletivo de estudantes.

Alvaro reapresentou ainda a PEC 14/2007, que concede aos estrangeiros com residência permanente no Brasil o direito de votar e se candidatar a vereador.



Para Alvaro, mudança gera economia de dinheiro e acelera trabalho da Casa

# Oposição busca assinaturas para criar nova CPI Mista da Petrobras

Parlamentares atuam em duas frentes para prosseguir com investigações na estatal. Pedido de outra comissão na Câmara já foi protocolado

APESAR DE A oposição na Câmara já ter apresentado o pedido de criação de uma nova comissão parlamentar de inquérito para investigar a Petrobras, a oposição no Senado recolhe assinaturas para que outra CPI mista (incluindo senadores e deputados) também seja criada.

Para instalar uma CPI mista, são necessárias 27 assinaturas de senadores e 171 de deputados.

O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), afirmou que foi o primeiro a assinar o pedido e que o partido passou o dia de ontem reunindo apoiadores para a proposta.

— Não vejo problemas em ter duas CPIs funcionando ao mesmo tempo — afirmou.

Aécio Neves (PSDB-MG) concordou:

— A presidente Graça Foster cai, mas as irresponsabilidades cometidas na direção da empresa continuarão a ser apuradas por nós.

José Agripino (DEM-RN) afirmou que a CPI mista que



Cássio Cunha Lima articula com senadores da oposição criação de nova CPI mista: assinaturas já começaram a ser colhidas

a oposição quer instalar “não terá o mesmo desfecho” da encerrada em 2014:

— Hoje as evidências de desvio na estatal são tão claras que nem mesmo a base governista terá condições de defender o indefensável.

O pedido de CPI encontra resistência. A líder do PSB, Lí-

dice da Mata (BA), a considera desnecessária:

— A CPI é um instrumento para que o Congresso possa fazer algo quando nada está sendo feito. A investigação tem mostrado resultados e em breve haverá denúncias.

Para o líder do PT, Humberto Costa (PE), uma nova CPI ser-

viria apenas como “palco para disputa política”.

— Antes de qualquer nova CPI, temos de analisar as duas CPIs feitas no ano passado. Nenhuma conseguiu desvendar qualquer fato novo, algo que já não tivesse sido investigado e desvendado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

## Projeto regula taxas cobradas por empresas aéreas

Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para votação em turno suplementar, projeto que regula a cobrança de taxas por parte das companhias aéreas a usuários que pedirem alteração na data ou hora de um voo.

A proposta (PLS 757/2011), do ex-senador Pedro Taques, hoje governador de Mato Grosso, foi aprovada pela comissão em abril. Recebeu, entretanto, três emendas do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

A proposta original previa a restituição para os casos de cancelamento ou mudança do

voo. As emendas de Aloysio, acatadas pelo relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), mantêm a hipótese de restituição dos valores pagos apenas para os casos de cancelamento por iniciativa do passageiro.

Petecão concorda com o argumento de que é descabido prever a restituição nos casos de alteração do voo, uma vez que o passageiro que solicita essa mudança pretende, de fato, utilizar o serviço.

A grande inovação da proposta, entende o relator, é a de tratar das taxas a serem cobradas no caso de o pedido

de alteração partir do usuário. Sérgio Petecão considera que “é abusivo o comportamento que as empresas adotam quanto ao reembolso nos casos de remarcação por iniciativa dos passageiros”.

O projeto acrescenta ao Código Brasileiro de Aeronáutica um novo artigo. O texto determina que o passageiro, no caso do pedido de remarcação, terá direito a reembolso de pelo menos 95% se a solicitação for feita com, no mínimo, cinco dias de antecedência. E de 90% nos outros casos, já descontadas as taxas de serviço.



Passageiro poderá ter reembolso de pelo menos 90% se quiser mudar voo

## Valdir Raupp defende reforma política e mais infraestrutura

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu uma reforma política que contemple temas como a reeleição para cargos no Executivo, duração do mandato, voto obrigatório, financiamento de campanha e coligações partidárias.

Ele também pediu mais investimentos em infraestrutura, lembrando que, para alcançar a segurança hídrica, é fundamental que o Brasil tenha geradores, transmissores e distribuidores de energia elétrica para acompanhar a demanda. Raupp falou ainda sobre o setor de transporte:

— Nossos modais de transporte não comportam o crescente volume de produtos. O custo de nossos fretes é maior do que o de nossos concorrentes. E, como se não bastasse, milhares de vidas são perdidas a cada ano em nossas rodovias — disse.



Raupp lamenta as milhares de vidas perdidas nas rodovias a cada ano

## Proposta livra segurado de devolver dinheiro a INSS

Segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) devem ser desobrigados de devolver valores recebidos do órgão por força de decisão judicial. É o que propõe Paulo Paim (PT-RS) no PLS 3/2015, que apresentou ontem.

O senador afirma que a medida é necessária porque milhares de segurados recorreram ao Judiciário para reclamar direitos e conseguiram começar a receber o benefício por decisão liminar ou tutela antecipada. Agora estão sendo convocados a devolver todos os valores

recebidos, pois a decisão judicial provisória foi revogada.

A exigência, segundo Paim, é que os valores sejam devolvidos em até 30 dias, acrescidos de juros. Do contrário, o segurado ficará sujeito à penhora de bens e valores, além de ter o nome inscrito no Cadin (o cadastro de devedores do setor público federal).

Paim esclarece que as jurisprudências dos tribunais inferiores já haviam consolidado o entendimento de que, em razão do caráter alimentar dos pagamentos, a restituição seria indevida. Assim, acentua, o segurado não tinha a

obrigação de devolver “o que havia recebido de boa-fé, por força de decisão judicial”.

Adiante, contudo, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar favoravelmente um recurso especial sobre a questão, decidiu que o INSS tem direito de ser restituído.

Paim diz que estão sendo alvo de cobranças milhares de trabalhadores que acionam o Poder Judiciário para ajuizar ação contra o INSS. Segundo ele, normalmente os juízes têm antecipado, de ofício, os efeitos da tutela no caso das ações que tramitam nos juzizados especiais federais.

— São ações, geralmente, propostas pelos próprios cidadãos, sem o acompanhamento de um advogado para orientá-los sobre o risco da revogação da decisão e da restituição dos valores recebidos — explica.

A proposta será votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Depois, irá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa. Assim, poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que a votação final no Senado seja em Plenário.

Projeto prevê que o estado do consumidor receba parcela de arrecadação do imposto. Hoje o estado de origem fica com todo o tributo

# Volta ao Senado proposta que altera ICMS em compras pela internet

O SENADO VAI analisar novamente a repartição, entre estados de origem e de destino, da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre vendas a distância (internet e telefone). A Câmara aprovou, com alterações, na terça-feira, a PEC 103/2011, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), que estabelece as novas regras para a cobrança do imposto.

O texto aprovado pelos deputados (PEC 197/2012 na Câmara) prevê a adoção de alíquota interestadual nas operações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do ICMS, localizado em outro estado. Caberá ao estado de destino o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna desse estado e a alíquota interestadual. A alíquota interestadual é de 7% no Sul e Sudeste e de 12% nas demais regiões. A alíquota final varia conforme o estado, de 17% a 19%.

Hoje, se o consumidor que mora no Piauí comprar, por R\$ 1 mil, um computador em loja on-line com sede em São Paulo, o estado de destino não recebe nada de ICMS, ficando toda a arrecadação com o estado de origem. Caso a regra aprovada pela Câmara seja mantida pelo Senado, São Paulo ficará com R\$ 70 de ICMS e Piauí, com R\$ 100, que é a diferença entre a alíquota interestadual de 7% e a final



Jefferson Ruy/Agência Senado

Imposto sobre comércio eletrônico, que fatura mais de R\$ 30 bilhões por ano, pode ter novas regras para distribuição

de 17% no estado destinatário.

Entretanto, o texto aprovado pela Câmara, diferentemente do enviado pelo Senado, torna a alteração gradual, atribuindo aos estados de destino 100% da diferença de alíquotas apenas em 2019. Até lá, vale a seguinte regra de transição: 20% para o destino e 80% para a origem (2015), 40% para o destino e 60% para a origem (2016), 60% para o destino e 40% para a origem (2017) e 80% para o destino e 20% para a origem (2018).

Autor da proposta, Delcídio observa que a atual regra constitucional de distribuição de receita do ICMS no caso de operações interestaduais

foi desenhada há 50 anos, “quando nem se sonhava com esse dinamismo do comércio eletrônico”. Nos termos atuais, como ele observa, quando a operação interestadual envolve dois contribuintes do ICMS, há a divisão entre o estado de origem e o de destino.

Porém, acrescenta Delcídio, quando o comprador, mesmo situado em outro estado, é consumidor final, não contribuinte do imposto, o produto da arrecadação decorrente da operação é integralmente destinado ao estado onde está sediado o vendedor. Segundo o senador, o fato levou a um desequilíbrio na política estabelecida para divisão de

receita entre estado produtor (ou meramente vendedor) e estado consumidor.

Defensor da proposta, Walter Pinheiro (PT-BA) aplaudiu a decisão da Câmara, lembrando que a velocidade do comércio eletrônico não pode esperar mais por mudanças na legislação. O senador lembrou que, em 1990, o *e-commerce* movimentava R\$ 540 milhões e, neste ano, a perspectiva é faturar mais de R\$ 30 bilhões.

— Apenas a Bahia, por exemplo, passará a arrecadar a mais cerca de R\$ 300 milhões anualmente, valor que hoje é devido ao estado, pela falta de regras justas na distribuição do imposto.

## Pena por corrupção de menores pode ser aumentada

A pena por crime de corrupção de menores poderá ser ampliada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A Comissão de Direitos Humanos (CDH) deverá examinar projeto da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e do ex-senador Inácio Arruda que agrava a punição de adultos que recrutam ou se juntam a menores de idade para cometer crimes. A decisão final será dada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), se não houver recurso para votação em Plenário.

Atualmente, o ECA prevê pena de reclusão de um a quatro anos para quem corromper ou facilitar a corrupção de menores de 18 anos. O PLS 376/2014 sugere a ampliação da pena para de dois a seis anos.

Os autores do projeto argumentam que o aumento da punição impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos ou multa. Isso é possível, hoje, dependendo das circunstâncias do crime.

“A utilização de jovens na prática de crimes é uma trágica realidade da sociedade brasileira. Todo esse quadro demonstra a necessidade de uma urgente mudança em nossa legislação penal”, afirmam, na justificativa da proposta.

## Primeiro projeto do ano coíbe explosão de caixas eletrônicos

O aumento dos casos de furto com explosão de caixas eletrônicas motivou o senador Ciro Nogueira (PP-PI) a apresentar projeto que agrava a pena desse tipo de crime.

A lei trata ações contra caixas eletrônicas como furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, segundo o artigo 155, § 4º, inciso I do Código Penal, independentemente do valor levado ou do estrago

causado. O crime pode ser comparado, por exemplo, ao ato de quebrar o vidro de um carro para furtar um objeto.

Com o PLS 1/2015 — primeiro projeto apresentado este ano —, Ciro propõe que a pena de reclusão passe a ser de três a oito anos se o furto se der “mediante o uso de explosivo ou outro meio que cause perigo comum”. Hoje a pena mínima é de dois anos de prisão.

Segundo Ciro, em menos de três anos, houve 1.889 explosões de caixas eletrônicas só no estado de São Paulo. A norma atual, justifica Ciro, não tem apresentado efeito intimidatório suficiente e os assaltos a caixas eletrônicas vêm se tornando cada vez mais frequentes.

O PLS receberá decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Tomás Carvalho/Quemadidas em Foco

Caixa destruída por ladrões na Paraíba: proposta de Ciro amplia pena mínima

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto e Douglas Cintra

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:**  
 Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira  
**Coordenação de Edição:** Sílvio Burl  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Procedimento, feito quando ação da polícia resulta em morte, tem sido desvirtuado para garantir impunidade a oficiais. Projeto que ainda está na Câmara torna inquérito obrigatório

# Senadores defendem fim do auto de resistência

ESTÁ PRONTO PARA ser votado na Câmara o PL 4.471/2012, que tem como objetivo reduzir a violência policial. A proposta endurece as regras para a apuração de mortes e lesões corporais decorrentes da ação de agentes do Estado e acaba com o chamado auto de resistência.

O Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/1941) permite o uso de qualquer meio necessário para que o policial se defenda ou vença resistências. Nesses casos, ele precisa fazer um auto de resistência, assinado por testemunhas.

Apesar de ainda não tramitar no Senado, o projeto já foi debatido pelos senadores na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em 2014. Na ocasião, a presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES) defendeu a imediata aprovação:

— O auto de resistência foi criado para dar proteção policial, só que isso se reverteu contra a população, sendo usado de forma indevida, levando à morte tantos e tantos, sem

que haja de fato uma investigação. As provas acabam sendo mascaradas, desvirtuadas, e os processos não chegam ao final.

Segundo o PL 4.471/2012, toda vez que a ação policial resultar em lesão corporal e morte, um inquérito deverá ser instaurado. Os autores da proposta — deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e Miro Teixeira (Pros-RJ) e ex-deputados Fábio Trad e Delegado Protógenes — enfatizam que a deficiência das investigações dos casos de lesão ou morte por ação da força policial “não só representa uma clara violação dos direitos humanos, como também uma violação de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário”.

Acrescentam que as alterações no Código de Processo Penal poderão proporcionar a ampliação do controle e da fiscalização sobre a atividade de segurança pública no país.

## Direitos humanos

O projeto tem o apoio da organização não governamental Human Rights Watch, que



PMs observam protesto de parentes de Amarildo de Souza, no Rio, que desapareceu depois de ser detido pela polícia em 2013

divulgou um relatório na semana passada sobre os direitos humanos no Brasil. Segundo a instituição, os brasileiros ainda são vítimas de violência policial, tortura e superlotação nos presídios. O levantamento inclui outros 89 países.

O relatório denuncia que a polícia foi responsável por 436 mortes no estado do Rio

de Janeiro e 505 no estado de São Paulo nos nove primeiros meses do ano passado. Em São Paulo, houve um aumento de 97% em relação ao mesmo período de 2013.

Segundo a Human Rights Watch, 2,2 mil pessoas morreram em operações policiais em 2013 — seis pessoas por dia.

Sobre a superlotação e a violência nos presídios, a ONG apontou a existência de mais de 500 mil presos no país. Esse número cresceu 45% entre 2006 e 2013, excedendo em 37% a capacidade das prisões.

Há mais de 230 mil indivíduos em detenções provisórias, em consequência da morosidade judicial. No Piauí, 68% dos detentos estão nessa situação.

A tortura é um problema crônico nas delegacias e prisões. A ONG conta que recebeu, entre janeiro de 2012 e junho de 2014, 5.431 denúncias de tortura e tratamento degradante e desumano. As reclamações chegaram de todo o país e 84%

dos incidentes ocorreram em delegacias, penitenciárias, celas e instituições para a internação de menores infratores.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) lembrou que a aprovação do projeto que acaba com o auto de resistência é uma das oito recomendações de mudanças legais que fazem parte do relatório final da Comissão Nacional da Verdade. O relatório foi entregue ao Congresso em dezembro.

— A falta de punição, a omissão do Estado brasileiro diante do que foi feito no passado é que terminou institucionalizando a tortura, que continua sendo praticada nas delegacias em todo o país. Nós temos um caso emblemático, que é daquele ajudante de pedreiro Amarildo, da Rocinha. Depois de ele ter sido preso, em poucas horas seu corpo desapareceu — disse Capiberibe.

Após ser votado na Câmara, o projeto será analisado pelos senadores. Se não for alterado, irá para a sanção presidencial.

## Projeto garante respeito a direitos de preso

Outra medida em análise no Congresso pode reduzir a tortura policial. O PLS 554/2011, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), torna obrigatória a apresentação imediata de presos à autoridade judicial para uma “audiência de custódia”.

Hoje, apenas o auto de prisão em flagrante é encaminhado ao Judiciário. Pelo texto proposto, a polícia teria prazo de um dia para apresentar o preso ao juiz.

Na audiência, segundo o PLS 554/2011, o juiz deverá tomar as medidas cabíveis para preservar os direitos do preso e apurar eventual violação. A oitiva não poderia ser usada como meio de prova contra o depoente e se destinaria exclusivamente à verificação da legalidade e necessidade da prisão, à prevenção da ocorrência de tortura e maus-tratos e à preservação dos direitos assegurados ao preso.

O projeto determina que a audiência se dará na presença do advogado do preso ou, se não houver, de um defensor público. É obrigatória ainda a presença de integrante do Ministério Público.

O projeto já foi aprovado pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Agora aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Malta defende valorização da vida e fortalecimento da família



Magno Malta (PR-ES) afirmou que vai continuar a defender projetos que valorizem a vida e fortaleçam a família. Por isso, explicou, se oporá a qualquer iniciativa de legalização do aborto. Segundo ele, quem é a favor da prática não pode falar

em direitos humanos. O senador ainda defendeu a redução da maioria penal, mudanças legais para estimular a adoção e o combate à pedofilia.

Malta também disse ser contrário a qualquer proposição para legalizar o uso de drogas e para criminalizar a homofobia. De acordo com o senador, a sociedade precisa ser tolerante e respeitar os homossexuais, mas nada pode impedi-lo de manifestar opinião contrária ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo.

— Aquilo que vier em favor da família, estaremos a favor, mas aquilo que vier violar direitos de vida certamente nos encontrará pela frente, como sempre foi. Essa será, sem dúvida, a luta do nosso mandato.

## Paim celebra primeiro repasse aos aposentados do Aerus



Paulo Paim (PT-RS) comemorou a vitória dos aposentados e pensionistas do Aerus, fundo de pensão das extintas empresas Varig e Transbrasil. Eles receberam ontem a primeira parcela do benefício a que tinham direito, depois de anos de contribuição.

— Um comandante de avião que recebia R\$ 8 mil, R\$ 9 mil, R\$ 10 mil estava recebendo menos que um salário mínimo. Foi uma luta de 14 anos. E a partir de ontem, o governo já havia feito o depósito judicial. Inclusive, é uma questão legal, tinha que assim fazer — afirmou ontem o senador.

Paim também reforçou pedido do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho para a retomada do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do crime ocorrido em 2004, em Unai, que resultou na morte de três auditores fiscais do trabalho e de um motorista. O sindicato quer que o julgamento seja transferido para Belo Horizonte e exige a punição dos responsáveis pelas mortes.

## Telmário Mota adverte sobre situação da saúde em Roraima



Telmário Mota (PDT-RR) pediu ao Ministério da Saúde providências para a saúde pública em seu estado, que, na avaliação dele, vive uma situação de calamidade. Segundo Telmário, a nova governadora de Roraima recebeu o setor de saúde “destruído”.

O senador salientou o empenho de médicos e enfermeiros de continuar trabalhando, apesar da falta de condições, e sublinhou que o único hospital do estado parece um hospital de guerra. Telmário advertiu que Roraima vive uma crise econômica e financeira, mas não se pode admitir que o povo do estado continue sendo desassistido.

— O estado de Roraima necessita oferecer uma saúde com qualidade àquele povo sofrido, maltratado, do meu estado, e, para isso, nós apelamos ao ministro da Saúde que designe um corpo técnico para fazer um levantamento e oferecer ao estado de Roraima o aparelhamento necessário — declarou o senador.

Dos temas em tramitação no Congresso, os que mais preocupam o Palácio do Planalto são o Orçamento 2015, o ICMS, a DRU, o salário mínimo e as pensões por morte

# Projetos da área econômica mobilizam governo

A ECONOMIA VAI impor grandes desafios ao governo neste ano, como a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que vence em 2015. Esse mecanismo permite que parte das receitas de impostos e contribuições (20%) não seja obrigatoriamente destinada a determinado órgão, fundo ou despesa.

A DRU é o tipo de instrumento de que o governo não costuma abrir mão em ajustes fiscais, a exemplo do que ocorreu em sua instituição, em 1994, como Fundo Social de Emergência (FSE), junto com o Plano Real. Para prorrogar a DRU, o governo deverá apresentar uma proposta de emenda à Constituição.

Outro tema que entrará em debate é a regra para o reajuste do salário mínimo. O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, chegou a afirmar que o Executivo enviaria ao Congresso uma nova regra para o cálculo do salário mínimo no período de 2016 a 2019. Por determinação da presidente Dilma Rousseff, recuou.

Entretanto, o critério estabelecido pela Lei 12.382/2011 só vale até 2015, o que exigirá do Senado e da Câmara dos Deputados a votação de uma



Clientes compram em supermercado do DF: o ICMS, imposto cobrado na compra de mercadorias, está na pauta do Senado

nova proposta até o fim do ano, sob o risco de deixarem um vácuo na definição do salário mínimo a partir de 2016.

## ICMS

Outro tema que deverá entrar na pauta é a convalidação dos incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que chegou a ser aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em novembro. A votação do projeto (PLS 130/2014) no Plenário foi

adiada a pedido do ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

O problema desse projeto é que o governo pretende votá-lo no conjunto de medidas que visam unificar as alíquotas interestaduais do ICMS, criar fundos para compensação de perda de receitas e estimular o desenvolvimento regional.

A convalidação em si não enfrenta muitos obstáculos, mas a unificação das alíquotas e a criação dos fundos encontram óbices, como a disputa entre os estados e a falta de recursos do

governo federal. A reforma do ICMS deverá impor ao governo federal um custo de R\$ 500 bilhões até a conclusão.

Outra pauta econômica, logo no reinício dos trabalhos, é a votação do projeto do Orçamento da União para 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União em R\$ 2,87 trilhões (PLN 13/2014). Substitutivo do senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi acolhido pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e aguarda a votação do Plenário.

Até a aprovação, o Executivo

seguirá a permissão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para gastar, mensalmente, 1/12 do Orçamento para execução provisória de despesas. Um decreto presidencial reduziu essa execução para 1/18 no caso das despesas discricionárias.

## Pensões

Também no início dos trabalhos, uma comissão mista (formada por deputados e senadores) deverá dar parecer sobre a admissibilidade de duas medidas provisórias (MPs) que compõem o pacote de ajuste das contas públicas.

A MP 664/2014 prevê carência de 24 meses de contribuição para a concessão de pensão por morte e redução do benefício para cônjuges que tenham menos de 44 anos na data da morte do companheiro.

Crítérios mais rigorosos são também estabelecidos pela MP 665/2014, neste caso para a concessão do abono salarial, do seguro-desemprego e do seguro-defeso dos pescadores artesanais.

Parlamentares da oposição já manifestaram duras críticas às duas MPs, o que tornará a aprovação um desafio para as lideranças do governo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Aloysio quer mais investigações a respeito da Petrobras

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) defendeu que o Congresso aprofunde as investigações na Petrobras. Segundo ele, o que foi apurado até agora configura ato de improbidade administrativa, que pode resultar, até mesmo, em crime de responsabilidade.

Segundo o senador, para quem Graça Foster vai para o sacrifício, apesar de não ter sido a única responsável, a situação é decorrente de gestões desastrosas nos últimos anos.

O resultado da ineficiência e da falta de transparência na gestão da Petrobras, acrescentou, foi a redução do valor da estatal em 60% de 2010 a 2014, além de prejuízo de R\$ 70 bilhões por segurar artificialmente o preço do combustível nos últimos anos e do aumento da dívida líquida da estatal de R\$ 90 bilhões para R\$ 206 bilhões.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Ana Amélia questiona se renúncia de Graça Foster pode ocultar problemas

Ana Amélia (PP-RS) questionou se a renúncia de Graça Foster e de mais cinco diretores da Petrobras pode significar uma luz para o fim da crise que envolve a maior estatal brasileira ou se é um ato para ocultar outros problemas.

As ações subiram, mas estão longe dos valores de quando o governo incentivava que trabalhadores comprassem ações da empresa:

— Muitos trabalhadores foram estimulados a investirem suas poupanças do FGTS. Leis foram criadas para ampliar os investimentos no pré-sal, inclusive para pessoas físicas. Os brasileiros que sonhavam em comprar a casa própria, pagar a faculdade dos filhos ou aumentar a reserva familiar com as aplicações estão a ver navios — frisou a senadora, que espera que a nova gestão seja “ética e transparente”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Gleisi Hoffmann pede à oposição que respeite resultado da eleição

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou os opositores que tentam tornar sem valor o resultado da eleição de 2014. A senadora se referiu ao ex-presidente FHC, cujo advogado encomendou um parecer sobre impeachment ao jurista Ives Gandra Martins.

O parecer sustenta que existem fundamentos para respaldar o impeachment de Dilma por entender que ela cometeu improbidade administrativa ao permitir, como presidente do Conselho de Administração da Petrobras, que a estatal fizesse operações que lhe trouxeram prejuízos.

— Se querem criar um caminho para discutir o impeachment, tenham coragem para discutir abertamente — disse.

Para Gleisi, a oposição precisa aceitar o resultado de que a maioria deseja a continuidade do governo petista.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Otto cobra do governo revitalização completa do Rio São Francisco

Otto Alencar (PSD-BA) destacou a responsabilidade do governo de promover a revitalização completa do Rio São Francisco. Na avaliação dele, deve-se cobrar um tratamento pragmático da situação, que não tem recebido a atenção necessária.

O senador lembrou que, além da falta de chuvas, o São Francisco sofre com o lançamento de esgoto sem tratamento e com o processo de assoreamento. Segundo ele, é inútil falar em transposição das águas do São Francisco sem trabalhar na recuperação das nascentes.

— O São Francisco está morrendo, está desidratado, está maltratado. Nem sequer aquela prática de captar água para levar à casa das pessoas está mais assegurada, tampouco água para irrigar as pequenas plantações à margem do rio.



Moreira Mariz/Agência Senado

## Vanessa Grazziotin: “Combate à corrupção deve ser permanente”

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu que todos os envolvidos com corrupção, direta ou indiretamente, sejam rigorosamente punidos para estancar o processo e evitar que novos casos ocorram.

Ela referiu-se às denúncias na Petrobras, mas também ao caso do cartel de trens em São Paulo, que aponta irregularidades nos contratos do governo do estado com as empresas entre 1998 e 2008.

A senadora discordou da afirmação de que se roubou na Petrobras por muito tempo, mas nada foi feito, o que indicaria concordância com a corrupção. Ao observar que o atual governo de São Paulo e o anterior sabiam do “cartel da rouboalheira que estava acontecendo”, reafirmou que a corrupção deve ser combatida permanentemente, “não uma ou outra vez”.